

# Banco Central vai investigar

segunda-feira, 16/6/86 □ 1º caderno □ 15

## comissões irregulares

São Paulo — “Esse é o passo inicial para as investigações do Banco Central”, afirmou ontem o presidente do BC, Fernão Bracher, ao comentar as denúncias do JORNAL DO BRASIL de que cinco empresas estatais pagaram taxas por fora nas operações de repasse interno (**relending**) dos recursos externos, negociados em 1983 e 1984.

Fernão Bracher informou que o BC averiguará minuciosamente o pagamento dessas taxas, que teriam causado prejuízos ao país da ordem de 300 milhões de dólares. “O pagamento aos bancos credores de taxas por fora — conhecidas como **sweeteners**, ou seja, adocantes — em moeda estrangeira é ilegal. Porém, os pagamentos em cruzeiros, apesar de serem eticamente errados, precisam de análises porque não eram previstos em lei. Passaram a ser proibidos a partir de setembro de 1985”, observou o presidente do BC, que assumiu o cargo justamente nessa época.

O valor do prejuízo causado por esse tipo de operações para o Brasil não foi confirmado pelo presidente do BC, porque Fernão Bracher não tem conhecimento dos números exatos. “O certo é que alguma coisa de errado existiu, mas não existirá mais.”

Na edição do último domingo o JORNAL DO BRASIL publicou denúncias de que o Brasil perdeu 300 milhões de dólares com pagamento de taxas nas operações de **relending** — operações de reempréstimos que os bancos privados faziam a clientes brasileiros, utilizando-se de depósitos que tinham a seu favor no Banco Central, que abriu uma conta concentrando os pagamentos das amortizações

e dos juros da dívida externa, quando faltaram divisas em moedas fortes, em 1982.

As denúncias apontam cinco empresas que pagaram **sweeteners**: Infraero — (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (empréstimo de 100 milhões de dólares), CESP — (Companhia Energética de São Paulo (120 milhões de dólares), Codemat — (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (13 milhões de dólares), Dersa — (Desenvolvimento Rodoviário S.A. (35 milhões de dólares) e Nuclebrás (103 milhões de dólares).

O presidente da Dersa, Luís Célio Botura, declarou não ter conhecimento do pagamento de comissões extras para os bancos na renegociação da dívida da estatal paulista, que atinge atualmente 1 bilhão 300 milhões. Ele informou que o responsável pela dívida da Dersa é o diretor de operações financeiras, Nelson Prado Alves Pinto. Ele prometeu que hoje procurará se “inteirar do assunto para tomar as providências cabíveis”.

Em Brasília, o líder do PDS na Câmara dos Deputados, Amaral Neto, considerou “uma imoralidade e um desperdício” o fato de o Brasil ter pago por fora 300 milhões de dólares em comissões irregulares para bancos estrangeiros.

Para ele, se é verdade que a maior parte deste pagamento irregular foi feito no governo Figueiredo, “é importante lembrar também que o atual governo deixou esta situação perdurar até setembro do ano passado. Na opinião do líder oposicionista, “isto é uma prova de que nada mudou. Os métodos continuam os mesmos, a imoralidade é a mesma”.